

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ATHIAS, Renato Monteiro . Renato Monteiro Athias (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 47min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Renato Monteiro Athias  
(depoimento, 2018)**

Rio de Janeiro

2018

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Celso Castro; Dirceu Salviano Marques Marroquim ;

***Técnico de gravação:*** Luisa Maria Silva de Santana ;

***Local:*** Recife - PE - Brasil;

***Data:*** 05/07/2018 a 05/07/2018

***Duração:*** 1h 47min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

***Temas:*** Agradecimentos; Amazônia; Anos 1990; Antropologia; Casamento; Cinema; Claude Lévi-Strauss ; Comunicação de massa; Conselho Indigenista Missionário; Darcy Ribeiro; Documentos audiovisuais; Documentos fotográficos; Ensino superior; Família; Filosofia; França; Imigração; Intelectuais; Migração; Obras de referência; Pará; Pensamento conservador; Pensamento liberal; Pesquisa científica e tecnológica; Pós - graduação; Região Nordeste; Região Norte; República Democrática do Congo; São Paulo; Sexualidade;

## *Sumário*

Entrevista: 5 de julho de 2018 Origens familiares, profissão dos pais, migração da família em cidades paraenses, cinema; Graduação em Filosofia. Formação e trabalho no CIMI (Conselho Indigenista Missionário), utilização de fotografia em campo, organização de curso indigenista com Darcy Ribeiro. Mestrado na França, organização do Jornal Porantim, expulsão de antropólogos estrangeiros do Brasil. Relações com Bruce Albert, Dominique Buchillet e aprendizados no mestrado, Etnologia Francesa, Departamento de Etnologia e de Sociologia Comparativa de Nanterre; seminários de Levi-Strauss, Louis Dumont, Maurice Godelier, Pierre Clastres; Comitê Internacional de Defesa da Amazônia (CIDA). Pesquisa de mestrado: A noção da identidade étnica na antropologia brasileira, especialização em Etnologia Geral e em Antropologia Visual. Casamento. Escritório da Oxfam em Recife, unificação de projetos da Amazônia e do Nordeste, sai do escritório em 1993. Volta a França para terminar doutorado. Cria empresa Zarabatana de assessoria de comunicação. Morte do orientador Pitt-Rivers e término do doutorado sob orientação de Jacques Galinier. Tese: A relação desigual entre sociedades do Uaupés: os Hupdah e os Tukano. Coleta de dados entre 1984 até o término em 1993. Prática de filmagem. Especialização em Filme Desenvolvimento com arcabouço técnico. Interesse em Antropologia Visual, missão e os registros fotográficos, produção na Associação Brasileira do Vídeo Popular (ABVP), influência do Jean Rouch, realização de filme na Inglaterra com imigrantes Congolezes. Professor adjunto e bolsas científicas sobre sexualidade. Conservadorismo e libertinagem nos dias atuais. “Demandas emergenciais” LGBTs atualmente. Relação com o movimento Queer, Trans e Lésbico. Acusações de outros movimentos e de defensor da pedofilia. Agradecimentos e frase de São Paulo.

*Entrevista: 05/07/2018*

C.C. – Renato, em primeiro lugar obrigado por aceitar o convite para colaborador com o nosso projeto. Como eu disse, ele tem por objetivo constituir um acervo de entrevistas filmadas sobre as ciências sociais no Brasil, entrevistando cientistas sociais. Fica depois disponível, para consulta pública, lá no site do CPDOC da FGV. Vamos começar falando da sua infância. A sua infância, família de origem e escolaridade ainda antes da faculdade. Você é de Belém?

R.A. – Eu nasci em Belém, mas passei a minha infância numa cidadezinha chamada Alenquer. Minha mãe é de Alenquer e meu pai é de Oriximiná. São duas cidades do interior de uma área que a gente chama Baixo Amazonas, no Baixo Amazonas. Alenquer é uma cidade bastante antiga. Na realidade, todas essas cidades do Baixo Amazonas trocaram o nome com o Marquês de Pombal, como Alenquer, Prainha, Santarém. Todas têm o nome a partir de Marquês de Pombal e da administração Pombal, que mudou as cidades. E minha vida foi no Baixo Amazonas, desde pequeno. Eu vou conhecer a Belém mais tarde, já no início da adolescência.

C. C. – Seu pai era médico.

R. A. – Meu pai era médico, médico da Fundação Sesp. [Serviço Especial de Saúde Pública] Quer dizer, na época não era a Fundação Sesp, era só... Ele trabalhou em Fordlândia com o Ford, com o projeto Ford de borracha; e aí ele se tornou médico dentro da Fundação Sesp, que se tornou, depois, parte do Ministério da Saúde, mas antes era praticamente nessa região.

C. C. – Sua mãe era também de lá.

R. A. – Minha mãe, de Alenquer. Minha mãe nasceu em Alenquer.

C. C. – A família dela era de lá?

R. A. – Ah. A família dela é completamente de lá. Quer dizer, uma parte era de lá, outra parte veio de Portugal. Uma parte de Portugal e uma parte do Brasil.

C. C. – Ela trabalhava?

R. A. – Mamãe era normalista. Mas, como nós éramos sete irmãos, eu acho que ela ficou muito mais em casa do que trabalhando. Trabalhou muito em casa.

C. C. – E você ficou em Alenquer até?...

R. A. – Até nove, dez anos, por aí.

C. C. – Saiu por quê? Para estudar?

R. A. – Não. Meu pai foi transferido para Belém. Aí ele foi do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que tinha uma sigla, na época, de Deneru, que era um departamento nacional já, do Ministério da Saúde.

C. C. – Vocês tinham família em Belém também?

R. A. – Sim. Quer dizer, meu tio já morava em Belém, o irmão de meu pai já morava, Jonatas Athias, que depois vai ser secretário de Educação na cidade, nos anos 1970.

C. C. – E você estuda em que colégio em Belém?

R. A. – Estudei no colégio do Carmo, Colégio Nossa Senhora do Carmo.

C. C. – Porque a família de minha mãe é de Belém, então...

R. A. – [riso] Aí estudei em dois colégios, estudei no Colégio do Carmo e estudei no Paes de Carvalho.

C. C. – E seu pai continuou lá, exercendo a medicina.

R. A. – Sim. Continuou no Departamento Nacional de Endemias Rurais. Depois ele passou... Ele, junto com outros médicos, ele fez uma pós-graduação na Opas, na Venezuela. Voltou como pós-graduado em malariologista (malária) e criou, junto com outros médicos, uma campanha chamada Campanha de Erradicação da Malária. E a partir daí surge, dentro do Ministério da Saúde, essa campanha, que vai para todo o Brasil. Mas a ideia, o foco inicial dessa campanha de erradicação para a malária foi em Belém, em 1968. A partir daí ele vai trabalhar na CEM, Campanha de Erradicação da Malária.

C. C. – E você acaba de fazer a graduação em filosofia.

R. A. – Isso. Numa faculdade salesiana, lá em Minas Gerais.

C. C. – Dom Bosco. Em São João Del Rey.

R. A. – Isso. São João Del Rey. Que na realidade os cursos eram da Federal de Juiz de Fora, quer dizer, os cursos de filosofia, todos eram revalidados pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Era uma faculdade particular.

C. C. – Por que o interesse pela filosofia?

R. A. – Olha. Eu achava que era uma coisa que me, no momento, me interessava. Porque havia uma pressão muito grande familiar da medicina, e eu não queria realmente ser... estar dentro da área da medicina. Se bem que eu trabalho hoje com antropologia da saúde, [riso] que é outro lado... Não é a prática médica, mas é a prática tradicional de cura, de uma certa forma. Foi isso. O interesse mais específico no momento. E era talvez a mais fácil, em termos das grandes... dos vestibulares.

C. C. – Mas por que em São João Del Rey? Você tinha família lá?

R. A. – Não. Eu fui a convite dos padres salesianos. Então nessa época...

C. C. – Em Belém, você já tinha contato?

R. A. – Já tinha. Nós tínhamos contato, bastante, com os padres, e eles, realmente, me apoiaram bastante nessa...

C. C. – E lá era o quê? Era internato?

R. A. – Era internato. E havia também a possibilidade, se você quisesse, em seguir a carreira do sacerdócio.

C. C. – Você pensou em seguir?

R. A. – Não sei se eu cheguei a pensar desde o início; mas eu estava envolvido com muitos colegas que estavam pensando.

C. C. – Era uma opção.

R. A. – Era uma opção. Era uma opção, sobretudo porque o tempo era um tempo muito duro. Eu estou falando de 1972/73. Então, você não tinha muita opção. E eu já tinha sido... Eu estava no movimento estudantil, e o movimento estudantil era de uma certa forma bastante visado, sobretudo em São João Del Rey, como era uma área também militarizada, bastante, então não havia muita...muita coisa. Eu fui fundador de um movimento de alfabetização de adultos nessa cidade, trabalhamos muito em campanhas muito grandes, e nós éramos um grupo bastante... como diria? – visado pelos momentos e pelos que guardavam a ordem, e tudo era considerado de uma certa forma subversivo.

C. C. – O movimento estudantil você começou ainda em Belém?

R. A. – Ainda em Belém. Ainda em Belém.

C. C. – No segundo grau.

R. A. – No ensino médio. Hoje chama ensino médio. Naquele tempo era primeiro e segundo...

C. C. – Científico.

R. A. – Não... Era científico. Eu fazia o científico. Porque era justamente o momento em que o [Jarbas] Passarinho, que era o ministro, transformou o nosso ensino, ou criou a lei de mudança do ensino. Então, nós saímos... Nós estávamos na transição entre o antigo ginásio e científico para o novo, que era o primeiro grau e segundo grau.

C. C. – Mas essa sua militância em Belém tinha a ver com alguma tendência organizada, algum partido?

R. A. – Olha. Nossa família sempre foi visada, porque meu tio Benedito Monteiro, irmão de minha mãe, era um personagem político importante tanto em Belém quanto a nível nacional. Quer dizer, ele foi deputado estadual, foi... já desde Alenquer, então ele tinha uma vida... E também, por ele ter estudado na Rússia e outros lugares, ele era visto como comunista, e foi preso, ficou preso desde do início do golpe em 1964 até praticamente... ele ficou preso em Belém. Então, nós éramos de uma certa forma muito, vamos dizer assim, vigiados pela... por essa ordem.

Dirceu Marroquim – Renato, como é que a sua relação familiar? Como era o espaço formativo, além da educação formal, dentro da sua casa? Existia uma forte criação para as humanidades?

R. A. – O meu pai... Não. É. O meu pai era muito rígido, bastante rígido, e nós estudávamos muito. Só para ter uma ideia. Em determinados momentos, nós estudávamos em duas escolas. Teve um momento que eu estudei em duas escolas, porque ele achava que não deveria ter tempo perdido. Então, eu fui matriculado em duas escolas. E isso fez com que os livros em casa... Sempre foi uma vida bastante... vamos dizer assim, direcionada para a formação, e formação escolar, educacional, assim, bastante rígida. De todos nós. Isso ele era... ele controlava bastante. De uma certa forma, pelo fato de ter estudado bastante, ele fez com que todos nós caminhássemos... Todos nós em casa, nós somos... vamos dizer assim, todos os meus irmãos e irmãs temos uma formação bastante grande a nível de graduação, a nível de pós-graduação também.

C. C. – Ele tinha um cinema também?

R. A. – Tinha. Mas isso já foi no interior.

C. C. – Em Alenquer.

R. A. – Não. Era numa cidadezinha chamada Ponta de Pedras, que ficava na Ilha do Marajó.

C. C. – Isso é depois de Belém?

R. A. – Depois de Alenquer. Depois de Alenquer...

C. C. – Entre Alenquer e Belém, vocês moraram?...

R. A. – Moramos em Ponta de Pedras.

C. C. – Em Marajó?

R. A. – No Marajó. E ele era o único médico lá. E nós tínhamos... Meu pai tinha um cinema junto com um juiz da cidade. E aí eu assisti, desde pequeno, bastante filmes, que vinha... Eu me lembro muito bem, porque os filmes vinham em caixas, pela maré, pelo barco, de Belém. Ele ia pegar no porto e ia levar. À noite, passava sexta, sábado e domingo, e na segunda-feira

já ia embora. Mas era uma sala normal, com uma máquina que eu acredito – eu não me lembro bem da máquina, mas eu acredito que era de 16mm. Não era um filme...

C. C. – Que tipo de filme passava?

R. A. – Tudo. Tudo. De... Tudo. Eu me lembro de vários. E o Vento Levou, por exemplo, eu vi lá. Eu me lembro de algumas cenas. Quando eu não dormia, na primeira fila. Porque eu ficava na primeira fila.

C. C. – Devia ser o único cinema.

R. A. – Era o único cinema. Eu acho que da...

C. C. – A população ia para lá ver?

R. A. – Ia. Bastante. Mas depois, ele saiu de Ponta de Pedras, o cinema acabou, e eu não sei se continuou. O juiz, também, não continuou lá. Que eram os amigos, o juiz e o médico da cidade.

C. C. – Sobre a sua graduação em filosofia. O que você achou do curso? Como é que foi?

R. A. – Olha. O curso foi bastante pesado, eu diria, e bastante... como eu posso dizer? – rígido, porque estava dentro da estrutura da Igreja, então era filosofia bastante... E nós tínhamos aula de manhã, de tarde. Eu me lembro que os padres que davam aula eram muito preparados para essa atividade; quer dizer, todos tinham... E como nós estávamos... Eu também cheguei a estudar, na Faculdade, fiz o curso de psicologia, mas eu não concluí esse curso. Então era uma forma também de eu trabalhar um pouco fora, fora da filosofia, trabalhar as questões mais relacionadas ao lidar com o outro, ao contato, e que era o que eu achava que...

[Interrupção por causa do barulho de sirenes na rua. Fecham a janela]

R. A. – Então... Eu vou voltar à filosofia. Então o curso, basicamente, era rígido no sentido de ter a estrutura de filosofia fornecida pelos padres. Era um curso muito bom. Então havia gente que estudava filosofia que fazia parte do grupo de salesianos, que moravam dentro da... e faziam parte outras pessoas que eram da cidade e que vinham fazer o curso. Então era bastante rígido. E eu sentia necessidade de fazer um outro curso, e fiz, não cheguei a completar, o curso de psicologia, que isso, de acordo o meu pensamento, me ajudaria a poder trabalhar mais naquele movimento que eu tinha iniciado junto com outros colegas, o movimento de alfabetização de adultos, que era em vários bairros.

C. C. – Fala um pouco sobre isso. Como é que começou esse movimento de alfabetização de adultos?

R. A. – Isso, eu estou falando dos anos 1970, 71/72. Surgiu justamente com a necessidade de criar uma relação com os diversos bairros. Quer dizer, na realidade seria a constituição de um



movimento social que não existia, ou que existiu, que foi completamente suplantado pela ordem institucional. E São João Del Rey era uma cidade bastante pobre, no sentido de que havia uns bairros ao redor do centro, o centro turístico, que sempre foi uma cidade bastante turística, e bairros, crescentes, bastante pobres, e a maioria das pessoas analfabeta. Então nós tínhamos um método de alfabetização que possibilitava, ao mesmo tempo, um conhecimento e uma conscientização, que era o que a gente chamava na época, da situação de dominação.

C. C. – O método Paulo Freire.

R. A. – Era o método de Paulo Freire. Era baseado no método de Paulo Freire.

C. C. – Mas não era perigoso, na época? Porque o método Paulo Freire caiu em desgraça.

R. A. – Era, era bastante perigoso. Mas ele foi redenominado por uma... Foi dado um outro nome. Que eram os salesianos que tomavam conta de um método, que eles chamavam Método SDB de Educação. Que era interessante.

C. C. – Método S...

R. A. – SDB de Educação. Que era o nome da... E, assim, era uma forma, também, de você, vamos dizer assim, colocar o pensamento freireano, a forma de educação freireana dentro de uma outra estrutura. E nós convivíamos também com pessoas do Mobral, porque foi justamente nesse ano que se criou o Mobral. Quer dizer, a partir daí, nós vamos ter relações, também, com o Mobral. Quer dizer, depois. Porque nós começamos, e o Mobral vem logo em seguida. Antes, não existia o Mobral.

C. C. – Você chegou a dar aula?

R. A. – Cheguei a dar aula. Cheguei a dar aula em vários lugares dessa... Junto com outros colegas da faculdade. Não era sozinho.

D. M. – Esses padres que davam aula no curso, na graduação, eles eram sobretudo brasileiros, ou tinha estrangeiros? A noção de fronteira já era?...

R. A. – Já era. A maioria... Não. Tinha padres que vieram da Itália, da Alemanha, da Romênia, tinha um padre que era romeno, padre José. E os outros eram brasileiros, brasileiros ou daqui de São Paulo ou então de Minas mesmo. Mas o curso, era um curso, eu achei, em termos de formação, eu acho que muito bom. Muito bom mesmo.

D. M. – Teve alguma leitura que, durante o curso, influenciou, por exemplo, a formação desses cursos nos bairros?

C. C. – Com certeza. Com certeza.

D. M. – Podia falar algum?

R. A. – Sobretudo, na parte, por exemplo, na parte de moral, que era uma disciplina, havia uma discussão bastante forte. E a relação dos atos humanos e as questões sociais, que você vê também dentro da moral como disciplina. Estou falando de moral como cadeira de um curso. Mas o que me impressionou muito foi, na época, do qual eu fiz alguns trabalhos, foi a... foi Kant. Toda a discussão sobre Kant, e a partir de uma antologia a partir de Kant. Isso me ajudou bastante a compreender outros mundos, como por exemplo o mundo indígena, que eu vou partir, logo em seguida, a trabalhar com os índios.

C. C. – Você fica em São João até quando? Você se forma em?

R. A. – Na realidade, eu tive que interromper em São João Del Rey, justamente por aquela pressão do... Os padres achavam que eu estava muito visado, completamente, poderia ser, a qualquer momento, ser levado para um interrogatório, e todo o trabalho viesse a ser... Então eu saí. Eu interrompi justamente, também, para não entrar no [Decreto-Lei] 477. Não sei se vocês lembram que havia uma... uma lei, aonde as pessoas eram jubiladas diretamente, bastava ser considerado subversivo. E os padres disseram: “Bom. Você interrompa isso aí, e você vai agora implementar essa estrutura de alfabetização de adultos lá em Iauaretê”.

C. C. – Alto Rio Negro.

R. A. – Alto Rio Negro.

C. C. – Por que lá? Por algum motivo? Ou porque você era da região?

R. A. – Talvez porque era o lugar mais longe de São João Del Rey. [riso] Eu tinha que sair um pouco do circuito. E foi aí que eu entrei em contato pela primeira vez com as populações indígenas. E desde lá...

C. C. – Como foi chegar em Iauaretê em 1970 e pouco?

R. A. – 1972. Em novembro de 1972. Eu me lembro muito bem. Eu lembro muito bem. E eu fui...

C. C. – Você foi sozinho.

R. A. – Eu fui no avião da FAB, porque naquela ocasião só existia o avião da FAB. É um avião que saía de Belém, parava em Santarém, depois parava em Manaus, depois parava... Levava três dias de Belém até Iauaretê. Parava em São Gabriel, depois ia para Iauaretê, voltava, e parava de novo. Era um avião que chamava-se... do Correio Aéreo Nacional. Era um Catalina. Era um Catalina, da FAB.

C. C. – Eu perguntei se você foi sozinho para fazer o projeto lá, de alfabetização.

R. A. – Ah. Eu fui, eu fui sozinho nessa ocasião.

C. C. – Tinha Missão Salesiana lá.

R. A. – Completamente. Por isso que era fácil.

C. C. – Por isso que você foi para lá.

R. A. – Por isso que eu fui para lá.

C. C. – E como foi sua experiência inicial?

R. A. – Olha. Eu fui super bem recebido. Fui super bem recebido por todos. E, na ocasião, tinha um padre que estava viajando... ia fazer uma viagem, aí eu disse: “Não. Eu quero ir. Porque eu quero conhecer a realidade antes de...” Isso fazia parte também, um pouco, de nosso treinamento, conhecer a realidade, para depois colocar, estruturar uma formação ou um curso ou... uma outra forma. Então, essa foi a minha... Aí eu viajei com ele durante muito tempo. Acho que foram... entre trinta a quarenta dias, em duas calhas de rio, tanto no rio Uaupés, até a boca do Querari, como no rio Papuri, até Mello Franco, que são os dois pontos de fronteiras dessa região. E aí eu fui descobrindo uma quantidade de coisas, que vai me dar base, talvez, para que eu possa trabalhar; o que eu faço até hoje, praticamente, essa viagem, para mim, foi fundamental, de compreensão não só dessa realidade dos diversos grupos indígenas nessa região, as diversas línguas, os diversos contatos com o outro, as diversas práticas xamânicas que eu presenciei naquelas viagens.

C. C. – Esses grupos já tinham muito contato com a sociedade nacional.

R. A. – Não. Com a sociedade nacional, nenhum.

C. C. – E com os missionários?

R. A. – Só com os missionários, e com esses missionários, a partir dos anos 1929. Quer dizer, na realidade, esse grupo dessa região vai entrar em contato sistemático com a missão a partir... Bom. Começam a visitar em 1914. Mas em 1929 a estrutura da Missão, ela entra, ela se estabelece nessa região, nesse lugar chamado Iauaretê. Quer dizer, eu vou conhecer em 1972 um prédio que foi construído em 1929, todo de madeira. Que hoje não existe mais.

C. C. – Lá nos anos 1970, o Darcy Ribeiro publica Os Índios e A Civilização. Que é um quadro muito pessimista, assim: estão acabando os índios. Mas isso foi antes da ressurgência étnica e outras coisas que...

R. A. – É. Na realidade é de 1958 o texto. Mas a Editora Vozes publica em 1970, por aí.

C. C. – Tinha esse quadro vamos dizer muito pessimista sobre a extinção.

R. A. – É. Bastante pessimista. Mas, interessante, por exemplo, no texto do Darcy Ribeiro, Os Índios e A Civilização, ele coloca, evidentemente, esse pessimismo, a gente percebe, mas ele

faz uma... talvez a primeira... vamos dizer assim, o primeiro texto aonde você vai ter um panorama geral dos povos indígenas no Brasil, que não se tinha antes. Você tinha pedaço ali, pedaço lá...

C. C. – Nimuendajú.

R. A. – É. Mas Nimuendajú nunca foi publicado aqui no Brasil. O livro que eu te mostrei ainda há pouco, é a primeira vez que ele está junto. Mas Nimuendajú, qual foi o texto publicado aqui? Foi publicado nos Estados Unidos, foi publicado na... Mas não aqui. E, em português, só tem um. Aliás, os Timbiras, está em inglês, o Ticuna, está em inglês.

C. C. – É. O Darcy Ribeiro ajudou muito a mobilizar movimentos... Como aluno, eu participava dessas coisas.

R. A. – É. O livro do Darcy Ribeiro, ele traz um conjunto de informações gerais e utiliza a organização desses povos, de acordo como ele está escrito, ele utiliza uma classificação, se a gente pode chamar assim, uma espécie de territorialização dos índios, a partir do texto do Robert Lowie e Julian Steward, de 1949... Quarenta e pouco, que é...

C. C. – Nessa tradição evolucionista também.

R. A. – Exatamente. Agora, tem uma coisa interessante. Ele utiliza apenas as áreas, o que ele chama de áreas culturais, e o livro todo é uma descrição a partir dessas áreas culturais. Evidentemente, isso aí vai... Galvão vai utilizar, depois Melatti, de uma certa forma, procura colocar como um... falando dos índios do Brasil; mas Darcy Ribeiro tem a... vamos dizer assim, é o primeiro a despertar uma... a mostrar os povos indígenas. Agora, evidentemente, como você falou, ele coloca os índios... ele fala de remanescentes quando se refere aos índios dos estados aqui do Nordeste, que ele coloca uma área a mais, a área onze, se não me engano, ele coloca: Nordeste do Brasil. Acabou-se.

C. C. – É mas o Darcy foi secretário do Rondon. Tinha muito essa visão.

R. A. – É. Ele trabalhou no Museu do Índio.

C. C. – Do ponto de vista do Rondon, o Estado tem que proteger os índios.

R. A. – É.

C. C. – Mas enfim. No alto Rio Negro, você vai lá para alfabetizar os índios em português?

R. A. – Adultos. Índios adultos. Na Missão. Não vai dar certo o projeto porque eu não vou... Eu vou dizer não. O que precisa ser feito aqui é uma educação bilíngue. Aí eu faço a proposta de educação bilíngue.

C. C. – O governo, na mesma época, estava falando da integração do índio.

R. A. – Com certeza. É.

C. C. – Integração era a palavra-chave do Ministério do Interior.

R. A. – Era. Era a palavra-chave do Ministério do Interior, exatamente. A palavra era integração.

C. C. – Mas você chegou a dar curso de alfabetização para adultos?

R. A. – Não cheguei a dar porque eu achava que deveria trabalhar as línguas indígenas dessa região. Aí eu começo todo um trabalho.

C. C. – Os salesianos também achavam isso, ou não?

R. A. – Não. Os salesianos achavam que devia ser feito o português. Mas, de uma certa forma, a língua indígena, na área, ela era falada, quer dizer, você não podia não... O português não era tão falado como é hoje. Porque hoje tem as escolas. As escolas, vamos dizer os alunos, os meninos e as meninas do internato, elas aprendiam português. Eu cheguei a dar aula nesses internatos durante um período.

C. C. – E gerou conflito com os salesianos lá?

R. A. – É, gerou. Gerou, porque a forma de... era, vamos dizer assim, uma corrente, uma maneira de olhar diferente. Eu tentava valorizar todos esses conhecimentos indígenas e mostrar que existem, enquanto que meus colegas na ocasião estavam fazendo coisas que desvalorizavam. Então eu mostrava, de uma certa... Agora foi muito bom, porque eu li muito durante esse período, eu li muito sobre a região, eu li os principais... Eu li Wallace, que estava lá na biblioteca, em português já, traduzido, de 1933. Eu li muita coisa. Quer dizer, eu quando saio de Iauareté, eu já saio com um conhecimento bastante grande daquela região, não só do ponto de vista linguístico, mas também e sobretudo do ponto de vista etnográfico de tudo que havia sido produzido naquela ocasião.

C. C. – Você saiu de lá em que ano? Quanto tempo você passou?

R. A. – Eu passei até... Eu volto em 1975, eu volto para Minas, para terminar o curso em 1975. E em 1976 eu já estou em Manaus, trabalhando... como chama? – no Conselho Indigenista Missionário. Então, durante esse período eu estava junto com o Cimi, trabalhando com o Cimi.

C. C. – O Cimi, você foi ser secretário executivo também?

R. A. – Eu fui o primeiro secretário executivo de Manaus. Do regional que comportava Manaus. Eu acho que era Norte 1.

C. C. – Por que caminho você chegou ao Cimi?

R. A. – Por que caminho. É. Essa é interessante. Eu fiz um curso de indigenismo organizado pelo Cimi em 1974. Acho que foi 1974. Durante o tempo que eu estava lá na Missão, estava com os salesianos, eu venho fazer um curso. Esse curso foi em Goiânia. O curso em Goiânia. E foi aí que eu conheci o dom Tomás Balduino, que era o bispo do Cimi Mato Grosso. E nessa ocasião...

C. C. – Que era muito visado, também, pelo pessoal.

R. A. – Também. [riso] Acho que naquela época, todo... Quer dizer, o curso foi bastante legal. Quer dizer, eu acho que foi ali que eu cresci, vamos dizer assim, no conhecimento sobre os povos indígenas e em atividades que poderiam ser atividades que dariam... de interesses, também, dos povos indígenas. Aí eu conheci várias pessoas que foram importantes dentro da formação que eu poderia chamar de uma formação de indigenista, que foi o padre [Aze], também, que foi um padre do Instituto Anthropos, e que depois, cria-se o Cimi, aí, pronto. Aí eu começo, desde 1974, mesmo estando com os salesianos, trabalhando com o Cimi.

C. C. – Uma curiosidade. Pensando já à frente do tempo. Nessa época lá no Alto Rio Negro, a sua primeira experiência, você filmava, fotografava, ou não?

R. A. – Eu fazia fotografias. Eu fazia fotografias, e eu tinha uma câmera muito legal, muito boa, que era uma Leica. Uma Leica 3D. E essa câmera foi-me presenteada por um salesiano chamado Casimiro Beksta. E nós vamos ter um diálogo bastante grande entre... discussões, não só discussões etnográficas, mas sobre práticas tradicionais de cura, sobre a língua tucano ou as outras línguas, porque ele era um... ele tinha trabalhado nessa região, e tinha sido afastado pelo bispo, não [podia] voltar mais nessa região, então ele morava em Manaus. Então nós fazíamos... eu fazia, fiz muitas fotos nessa ocasião.

C. C. – Você teve alguma formação em fotografia?

R. A. – Nenhuma. Foi o Casimiro. O Casimiro me ensinou a fazer as fotografias, me ensinou a revelar, me ensinou a utilizar o... Toda a parte... As fotografias desse tempo eu mesmo revelava, porque eu tinha um ampliador que eu utilizava lá em... no colégio salesiano.

C. C. – Aí você fica trabalhando no Cimi exclusivamente durante alguns anos?

R. A. – É. No Cimi, eu começo... Em 1974 eu faço o curso; em 1975 volto para Minas para terminar o curso de filosofia; depois volto para Manaus em 1976; aí já estou, a partir de 1976, dentro do Cimi, trabalhando com o Cimi em todas as regiões. Eu faço o primeiro nesse ano 1976/77, eu visito todas as áreas indígenas, para o Cimi, nessa região amazônica. Roraima. Roraima, eu termino em 1978 de fazer todas as visitas. Eu fiz o primeiro levantamento

sociolinguístico dessa região. Terminamos em 1978. Então visitei, por exemplo, os Parintintim logo em seguida que eles estavam escutando os tratores da Transamazônica chegarem, e na aldeia, eu conversando com eles, e o barulho dos tratores bem próximo. Eu visitei os Ticuna, toda a parte dos Ticuna. E era um levantamento...

C. C. – João Pacheco já estava lá?

R. A. – João Pacheco estava começando. Porque eu falando de 1976/77. Em 1978 foi Roraima. Mas em 1977 eu já estava andando entre os Ticuna. Em 1978 eu organizei um curso de indigenismo para o Cimi em Manaus, aonde nós convidamos o Darcy Ribeiro. E eu fui buscar o Darcy Ribeiro no aeroporto. Esse ano, também, eu introduzi no Alto Rio Negro, porque em 1978 eu passei um tempo no Rio Negro, eu introduzi a Berta Ribeiro na região do Alto Rio Negro. Isso também foi nesse ano que eu passei lá.

C. C. – Bom. Você fica no Cimi até 1981, quando você vai fazer o mestrado na França.

R. A. – Isso. Você está bem... Estudou bem. [riso]

C. C. – Como é que surgiu essa ida para a França?

R. A. – Bom. Como surgiu a ideia para a França. Eu já tinha relação com vários colegas franceses que trabalhavam... Bruce Albert, que trabalhava com Yanomami, tinha colegas como [Suzane Williams], inglesa que trabalhava para a Oxford da Inglaterra, o qual eu ajudo a montar o escritório em Manaus, também entre 1978/79.

C. C. – Bruce Albert já estava em campo lá.

R. A. – O Bruce Albert estava terminando a pesquisa de campo dele.

C. C. – A Alcida, também, você conheceu lá?

R. A. – A Alcida eu não conheci lá. A Alcida eu conheci em Brasília, depois. Mas ela já estava...

C. C. – Jacques Lizot?

R. A. – Jacques Lizot eu conheci em Paris. Mas Jacques Lizot, ele nunca trabalhou do lado brasileiro. Jacques Lizot trabalhou do lado venezuelano. E eu estive na região de Roraima... Eu estive tanto na região do Amazonas como na região de Roraima, eu estive na aldeia... tanto no Demini, que é do Davi Kopenawa, como no Catrimani, que era uma outra aldeia próxima, que era na estrada da Perimetral Norte. Isso eu estou falando de 1978, 78/79. Quer dizer, a minha ida ao Yanomami foi basicamente em 1979.

C. C. – E tinha um movimento lá pela demarcação do território Yanomami.

R. A. – Sim. Fomos nós que iniciamos isso, com a Claudia Andujar, em 1978. Campanha pela Defesa do Parque Indígena Yanomami.

C. C. – Que vai ser o Passarinho que vai assinar depois.

R. A. – É o Passarinho que vai assinar?

C. C. – Foi. No governo Collor.

R. A. – Sim. Eu sabia que era o governo Collor, mas não sabia que o Passarinho tinha colocado a assinatura dele ali. [riso]

C. C. – Os militares quase mataram ele. Achavam que ele estava... que ele virou bandido. Porque tinha aquela ideia de que ia ter um território na Venezuela, que o Brasil ia... estado independente, dar passaporte, aquela coisas. Foi Passarinho que assinou isso.

R. A. – É. Então nós trabalhamos... quer dizer, de 1976... eu vou iniciar, junto com os colegas do Cimi, vários colegas, nós vamos iniciar um jornal que chama Porantim, que na época não era do Cimi, era um pouco fora do Cimi, junto com outros grupos de apoio à causa indígena, em 1978.

D. M. – Renato. Existiam outras missões, de outras ordens. Os franciscanos têm uma missão com dom Amando Balman, que é lá de Santarém, influenciou um pouco algumas missões franciscanas.

R. A. – Sim. É. Quando eu vou para o Amazonas, eu praticamente... o Pará vai ficar um pouco... mesmo que eu tenha nascido no Pará, mas eu vou ficar no Amazonas muitos anos. E aí eu conheço as missões do Amazonas, e menos a missão... conheço agora, a missão lá com os índios Tiriyo, porque eu estou trabalhando no acervo fotográfico, aqui, da província, a província franciscana de lá, do Santo Antônio, que é aqui. A sede é aqui. Mas nessa ocasião havia muitas missões. Tanto é que a Funai [1978] organizou o primeiro encontro Funai – Missões, do qual eu participei um pouco do lado... falando da Missão Salesiana, mas não diretamente. Então era... Foi um encontro que foi realizado. E é interessante porque a partir daí, esse encontro Funai – Missões é que vai dar a tônica da orientação da Funai para a presença de missionários estrangeiros nas áreas indígenas. Vai haver muita. Porque havia também toda uma discussão de expulsão do Brasil dos... não só dos antropólogos. Nessa ocasião, nós vamos ter três antropólogos completamente visados para serem expulsos do Brasil. Um era Kenneth Taylor, que trabalhava com os Sanumá lá, com Alcida Ramos, o outro era o David Price, que trabalhava com os índios Nambikwara, na BR364, e o outro era Peter Silverwood-Cope, que trabalhava no Rio Negro, exatamente na região onde eu trabalhava. Nós nos conhecemos nessa ocasião, nós nos conhecemos lá. Quando eu conheci Peter. Esses eram os antropólogos que foram expulsos do Brasil durante esse período. Quer dizer, eu acho que ainda existe muita coisa



para a gente poder falar desse momento histórico, da relação do Estado com antropólogos, por exemplo. E aí missionários estrangeiros. A ideia de expulsar todos esses missionários etc. etc. vem desse encontro Funai – Missões.

C. C. – Mas você estava falando da sua ida para a França. O caminho que foi.

R. A. – Sim. O caminho foi Bruce, Bruce Albert, com o qual a gente conversava muito. Depois, nesse mesmo ano, eu conheço uma outra colega chamada Dominique Buchillet, que vai trabalhar na região do Rio Negro, e eu venho conversando com ela. E eu vou para Nanterre, justamente aonde esses colegas já vinham. Quer dizer, eles eram de Nanterre, da Universidade de Paris 10.

C. C. – É em 1981 que você vai.

R. A. – É. Eu chego em 1981, para fazer o mestrado e o doutorado.

C. C. – Você já tinha ido à França?

R. A. – Não. Primeira vez. Nunca tinha [ido].

C. C. – E fica lá até?

R. A. – Eu fico lá até 1985, mais ou menos 1985/86.

C. C. – Direto.

R. A. – Direto, é. Eu venho em 1983, eu venho aqui ao Brasil, para fazer uma pesquisa rápida com um amigo meu na língua Nheengatu, também na região do Rio Negro, e volto junto com ele para lá. Quer dizer, eu nunca me desvinculei, durante todos esses anos, dessa região, desde que eu cheguei lá em 1972. Daqui a pouco, no dia 22 de julho, eu estou indo para lá novamente. Então, todos os anos eu voltei à região do Alto Rio Negro. E tenho trabalhado em diversas situações no Alto Rio Negro. Em diversas áreas. Atualmente eu estou trabalhando num curso de licenciatura intercultural com os Baniwa e Curipaco, na fronteira com o Brasil e a Colômbia.

C. C. – E a sua experiência lá com a antropologia... etnologia, não é?

R. A. – É. Etnologia.

C. C. – Etnologia francesa, na época?

R. A. – Eu acho que foi uma época bastante rica. Eu acho que hoje é completamente diferente. Porque aqueles anos de 1981/82/83/84/85/86 foram anos aonde a etnologia francesa, vamos dizer, estava assim, eu diria, bem no auge, em termo... não só de ponta em termos de discussão, mas também de ação, de uma ação mais de política em relação aos povos indígenas, não só no Brasil, mas também na África. Porque a África, a gente vai ver, muito franceses antropólogos tiveram a África como um local importante. Quer dizer, nós discutíamos, meus colegas que

trabalhavam na África, nós discutíamos questões relacionadas às formas de organização e social parentesco vinculadas, eu falando do Alto Rio Negro e ele falando da África, e nós discutindo alguns pontos interessantes. Então, isso era muito legal. E Nanterre, o nosso departamento, que na ocasião se chamava Departamento de Etnologia e Sociologia Comparativa, era um departamento que tinha uma abertura muito grande para outras áreas, então nós podíamos sair de lá e assistir a um seminário ou participar de um seminário junto com Claude Lévi-Strauss, por exemplo. Eu assisti a vários seminários do Claude Lévi-Strauss na época em que ele dava aula. Porque ele vai acabar em 1982.

C. C. – Ele era um bom palestrante e professor?

R. A. – Com certeza. A gente vê isso a partir de suas obras. Então ele tem...

C. C. – Não. Mas ao vivo, falando.

R. A. – Ao vivo. Ao vivo. E ele colocava...

C. C. – Tem [Maurice] Godelier, [Louis] Dumont...

R. A. – Godelier, Dumont. Dumont, com certeza...

C. C. – Meillassoux.

R. A. – Claude Meillassoux, Phillippe Herr. São todos os...

C. C. – Estão todos vivos lá.

R. A. – É. O Claude Meillassoux eu acho que faleceu já.

C. C. – Não. Na época. Estavam todos atuantes.

R. A. – Mas havia também outro grupo, como o do Robert Jaulin, Pierre Clastres. Então, todas essas...

C. C. – Pierre Clastres vai morrer nessa época.

R. A. – Vai morrer nessa época, é.

C. C. – Mas você chegou a ter aula mais com quem?

R. A. – Eu era do grupo de Nanterre. A minha formação é de Nanterre. Mas quando havia um ou outro seminário que nos interessavam... Eu fui no seminário de Jaulin, fui no seminário de Godelier, fui em vários seminários assim, que a gente se... “olha, vai ter isso, vai ser esse tema”. A gente saía de Nanterre, ou ia para outro lugar, a gente se encontrava lá. Porque eram seminários públicos, não era uma coisa fechada.

C. C. – E você morava onde, lá?

R. A. – Eu morei na Cité Universitaire. Morei em duas cidades universitárias, uma na residência universitária de Nanterre, e também na residência... na Casa do Brasil em... Boulevard Jourdan,

lá na Cité Universitaire. E era uma época, eu acho que uma época bastante interessante. Toda vez que eu me lembro, eu vejo que tem coisas que a gente... [perdeu]. Durante esse período, por exemplo, nós tínhamos um comitê, um comitê internacional de defesa da Amazônia, chamava-se Cida, a doença, entre aspas Cida.

C. C. – Cida com C.

R. A. – Com C. Exatamente. Nós tínhamos as reuniões do Cida em diferentes locais, publicávamos.

C. C. – A Cida, a Aids, também, estava na época ali, 1983 ou 84...

R. A. – Exatamente. Não. Mas o nome ainda não era tão famoso como o nosso comitê. O nosso comitê Cida era mais famoso. [riso]

C. C. – Nem sabiam o que era direito. Mas o tema? Você vai estudar?

R. A. – Lá, eu trabalho no mestrado, eu trabalho um tema junto com Patrick Menget e com um outro professor que, para mim, foi muito importante, que foi Julian Pitt-Rivers. Não sei se você já leu alguma coisa.

C. C. – Foi seu orientador.

R. A. – Ele é meu orientador. Julian Pitt-Rivers. E eu trabalhei a noção da identidade étnica na antropologia brasileira. Para mim foi importante entender como é que se desenvolve, na antropologia brasileira, essa ideia de identidade étnica. Aí tem um livro, porque saiu um livro, que hoje, esse livro, talvez seja um livro mais baixado lá da academia.edu, se você olhar a quantidade de gente que já baixou o livro inteirinho, [riso] que sai...

C. C. – Qual é o título do livro?

R. A. – A Noção da Identidade Étnica na Antropologia Brasileira. Esse foi a dissertação de mestrado.

C. C. – Você fez uma especialização.

R. A. – Eu fiz uma especialização em... na época, a gente chamava DEA, que era em etnologia geral.

C. C. – Essa especialização não é aquele troisième cycle, que chamavam, não. Ou era?

R. A. – É. Era parte do troisième cycle.

C. C. – Muita gente fez o troisième cycle, e aqui era reconhecido como doutorado, no Brasil, na época. Depois parou.

R. A. – É. Na realidade eu estava num doutorado do troisième cycle, mas houve uma mudança, aí eu passei para o que eles chamaram depois o novo doutorado, nouveau doctorat. Então, para

se fazer o troisième cycle precisava fazer esse DEA – Diploma de Estudos Aprofundados, que a gente traduz aqui no Brasil como especialização. Mas eu tenho uma outra especialização na Inglaterra em antropologia visual, que eu faço depois. Quer dizer, em filme. Aí eu trabalho...

C. C. – E você ficou na França até quando?

R. A. – Eu fiquei na França até meados... final de 1985, início de 1986. Aí eu já estou aqui no Recife. Eu venho para Recife em 1986.

C. C. – E aí você já tinha contato com Oxford?

R. A. – Eu venho contratado... Eu me candidatei para esse trabalho estando na França. Aí eu venho para cá.

C. C. – Era uma chamada?

R. A. – Era uma chamada. [riso]

C. C. – Precisava de um emprego?

R. A. – Não, não é que eu precisava de um emprego, é que a mãe dos meus filhos, na ocasião, morava aqui. Precisava estar um pouquinho perto. [riso]

C. C. – Então, voltando um pouco à esfera familiar. Você casou quando?

R. A. – Com a mãe dos meus filhos, em 1985.

C. C. – Lá na França.

R. A. – Não. Aqui. Aqui mesmo.

C. C. – Casou aqui mesmo. Veio fazer a pesquisa de campo aqui...

R. A. – É. Quer dizer, na realidade, o casamento formal vai ser em 1988, mas a gente ficou... Ela esteve comigo lá, depois voltamos para cá... Nós estamos junto... nós começamos a estar em 1985.

C. C. – Mas era do meio acadêmico, ou não?

R. A. – Não. Não. Ela trabalhava como secretária na época.

C. C. – E vocês têm um filho logo?

R. A. – Temos quatro filhos. Aliás, o meu primeiro filho é de 1986. E o dela, que eu chamo também de meu filho, é um pouco antes.

C. C. – E aí você tem que voltar para assumir as responsabilidades parentais, conjugais.

R. A. – Exatamente. Mas aí eu deixei a tese em suspenso.

C. C. – Mas em Oxford, como é que foi? Você foi?...

R. A. – Aí eu comecei aqui como... Aliás, o escritório daqui do Recife da Oxford era um escritório que lidava com projetos, principalmente, na região do Nordeste. A partir do ano

seguinte, 1987 e 88, os escritórios que havia, um em Brasília e outro aqui, vão se fundir, então todos vão ser aqui. Eu faço toda a parte de oficial de projetos, visito os projetos, faço os relatórios, tomo o contato, organizo, para recomendar a um grant, para recomendar a uma verba ou não.

C. C. – Qual era o foco nessa época?

R. A. – O foco era, principalmente, era trabalhos de comunidades. Quer dizer, trabalhos que eu chamaria trabalho... Tem um texto que eu escrevi no livro organizado pelo Antonio Carlos de Souza Lima em que eu faço toda essa trajetória de projetos da Oxford, que eu coloco de uma forma muito mais sistemática, muito mais analítica os diversos, vamos dizer assim, projetos da Oxford. Na realidade eu dou uma forma de programa a uma coisa que era muito mais relacionada a um... à base. E quando se juntam os dois escritórios, os projetos da Amazônia, também, vêm para cá para o Recife, então nós começamos a fazer parte de uma rede maior de projetos relacionados, aí, na parte da Amazônia, evidentemente, muitos grupos indígenas recebiam doações da Oxford para um trabalho específico, seja como ajuda legal, apoio jurídico, ou projetos de desenvolvimento no Mato Grosso, de agricultura... Tem uma série de ações que a gente, na ocasião, nós chamávamos de ações que levavam a uma sustentabilidade dessas comunidades. E aí eu trabalho na Oxford até 1993.

C. C. – E aí você volta, para fazer o doutorado.

R. A. – Aí eu volto, para fazer o doutorado. Para terminar. Eu já levei pronto, praticamente. Levei pronto.

C. C. – E você fica quanto tempo na França, nessa segunda vez?

R. A. – São alguns meses. Porque eu faço o depósito, volto para cá, para trabalhar, e defendo em 1995.

C. C. – 1995. Volta para trabalhar. Ainda na Oxford?

R. A. – Não. Aí eu montei uma estrutura, uma empresa que chama Zarabatana Produções... Editorações e Produções e Assessoria de Comunicação, que é uma empresa limitada, aonde eu começo a prover serviços a organizações não governamentais relacionadas à comunicação. Então isso aí a gente começa e isso vai...

C. C. – Mas você saiu da Oxford?

R. A. – Sim, eu saí da Oxford. Eu já tinha terminado o contrato, se eu quisesse continuar, eu teria que ir para outro país, e aí eu não estava interessado em ir para outro país.

C. C. – Na Zarabatana, você vai fazer?...

R. A. – Zarabatana, era o projeto de comunicação. A gente fazia. A ideia era possibilitar à organização não governamental entender a comunicação, as várias linguagens de comunicação, para que essa organização pudesse ter uma maior visibilidade das suas ações; então nós trabalhamos aqui no Nordeste com várias organizações, e principalmente relacionada à seca, relacionada ao...

C. C. – O doutorado. Fala um pouquinho sobre a sua tese de doutorado. O Pitt-Rivers não vai continuar como seu orientador.

R. A. – Não. Ele falece. Ele vai falecer em 1992. Aí foi um dos motivos, também, pela demora, porque é uma coisa... quem é que vai assinar a papelada? [riso] Se bem que eu tinha vários colegas lá em Nanterre, e aí Jacques Galinier, que trabalhava com povos – que trabalha ainda – com os povos indígenas no México, ele me assume. Quer dizer, ele assume a direção; mas, praticamente, ela já estava finalizada, uma vez que eu... Ela foi finalizada com Julian Pitt-Rivers.

C. C. – E o tema da tese, foi você que escolheu, ou Pitt-Rivers?

R. A. – Não. O tema fui eu que escolhi. Fui eu que escolhi porque era preocupação do Rio Negro, e até hoje, ainda, é uma preocupação. Até hoje é uma preocupação. Quer dizer, a discussão teórica que se dá é das relações entre os diversos povos dessa região, então eu escolho dois povos, um povo que se chama Hupde e outro povo que se chama Tukano, e eu trabalho a relação entre esses dois grupos, aí no sentido de relações interétnicas, como é que se dá essa relação. E qualquer pessoa que chega lá nessa região vai perceber que a relação entre esses dois grupos é uma relação como se fosse de patrão e cliente. Então, dentro de...

C. C. – [inaudível]

R. A. – Exatamente. Dentro de uma... Tanto é que o título da tese é: A relação desigual entre sociedades Hupda e Tukano.

C. C. – Nessa época ou pouco depois começam a surgir algumas... Povos da floresta. É uma coisa... que tem uma coisa meio mítica dos povos da floresta.

R. A. – É. Exato. Os dados que eu vou usar, evidentemente, são dados que eu vou coletar durante todos os anos no Rio Negro. Quer dizer, meus dados de pesquisa, evidentemente, têm em 1983/84, os anos que eu mais passei... Eu passei quatorze meses sem sair do Rio Negro entre 1983 e 84. Esses anos, eles vão se constituir a base do meu acervo etnográfico sobre essa região. Quer dizer, as observações etnográficas, elas vêm de 1984; e, evidentemente, quando eu vou escrever, eu vou escrever em 1993, mas vou escrever também... Eu vou utilizar dados

de 1994 também, porque eu volto nessa região em 1994. Quer dizer, eu nunca vou deixar de... Eu acho que eu não passei um ano sequer sem voltar nessa região.

C. C. – Nessa época, você já estava filmando também?

R. A. – Estava. Estava.

C. C. – Quando é que você começou a filmar?

R. A. – Em 1992 eu fiz um... Não. É 1997. 1997 é o ano que eu filmo mais nessa região.

C. C. – Mas antes?

R. A. – Antes? Fotografia. Fotografia.

C. C. – Fotografia. É em 1995 que você vai para a Inglaterra, para a Universidade de Southampton.

R. A. – Em 1995, é o ano universitário, que começa em setembro de 1995 a... vamos dizer assim, a maio de 1996, eu passo na Inglaterra. E aí eu estou num... É um curso de especialização em... Chamava-se filme em desenvolvimento o título. Mas eu tenho uma formação mais... vamos dizer assim, mais técnica. O que eu não tive antes eu vou ter nesse curso.

C. C. – Mas aí você já estava vamos dizer conscientemente interessado em antropologia visual.

R. A. – Já, já estava.

C. C. – Quando é que começou o interesse por antropologia visual? O que é que você lembra dos primeiros?...

R. A. – Olha. Eu não sei se eu posso lembrar exatamente o momento que eu vou dizer antropologia visual ou antropologia da imagem, mas já quando eu estou na Missão, em 1973/74, eu já estou organizando fotografias. Então, já estou mexendo com fotografias. E o ensaio fotográfico que eu fiz agora, dois, três anos atrás, sobre os Hupda, são fotografias de 1973, 1974.

C. C. – Mas imagem e movimento. Foi quando? Você falou da sua câmera Leica. Qual foi a câmera?

R. A. – Imagem e movimento, eu comecei a... Não. Eu comecei a mexer em 1991, 92, 93, 94.

C. C. – Sua primeira câmera foi qual?

R. A. – A minha primeira câmera foi...

C. C. – Tem que ter uns audiovisuais documentários, porque [incompreensível]

R. A. – É. Está bom. [riso] A minha primeira câmera. Eu acho que ainda tenho. Não, não tenho ela aqui porque ela foi roubada. Foi uma câmera Super VHS. Não era VHS e não era... Foi uma

câmera Super VHS que eu achava assim, na época, muito legal. Essa foi uma Super VHS. Depois eu passo para uma High-8, ainda analógica.

C. C. – Mas a VHS, você prendeu sozinho a usar, ou teve algum treinamento?

R. A. – Não. Sozinho. Sozinho.

C. C. – Foi antes de ir para a Inglaterra.

R. A. – Antes de ir para a Inglaterra. Eu estou falando em 1991, 92, 93.

C. C. – Nessa época você tinha algum contato com as pessoas que lidavam com antropologia visual ?

R. A. – Exatamente. Não. Nessa época eu tinha uma empresa de produção de filmes.

C. C. – A Zarabatana? Produzia filmes também.

R. A. – A Zarabatana. Nós produzíamos filmes. E eu fiz alguma, produzir outros e fiz outros. Então tem, por exemplo, sobre a seca, eu tenho até um prêmio, eu tenho um prêmio em festivais. O festival de 1994 do Maranhão, eu recebi uma premiação.

C. C. – Por exemplo, festival do filme etnográfico no Brasil?

R. A. – Não. Filme etnográfico é um pouco... Ele vem depois. O que nós tínhamos nessa época, que é no final dos anos 1980, início dos anos 1990, do qual a gente já fazia parte, é que nós chamávamos ABVP, Associação Brasileira do Vídeo Popular. Então, nós tínhamos aqui no Recife, e eu venho trabalhar com eles também, a TV Viva, a TV Etapas, não sei se você conheceu...

C. C. – Não.

R. A. – Não? A TV... Vários. Tinha uma outra que era a Ossuba. Então a gente vem trabalhar junto, Zarabatana também está junto, então ela fazia parte dessa rede. Evidentemente, eu como antropólogo levava para essa questão mais antropológica, e o pessoal levava mais para o vídeo popular. A participação em vídeo, fazer vídeos compartilhados, isso já era uma coisa que se fazia. E foi, evidentemente, introduzida por Jean Rouch nos anos... E Jean Rouch esteve aqui, em João Pessoa, ele deu cursos aqui, em João Pessoa.

C. C. – Você assistiu?

R. A. – Não. Eu não estava aqui nessa época. Mas eu fiquei sabendo. E algumas pessoas continuam trabalhando com essa ideia da antropologia compartilhada, dentro do estilo Jean Rouch. E eu vou trabalhar. Por exemplo, o filme que eu fiz em Londres, ele é de uma certa forma, para mim, é um filme que me dá possibilidade de explorar não só a teoria da



antropologia visual mas me dá a possibilidade de explorar... filmagens. É um filme... trabalho participativo, colaborativo com os congoleses, com os quais eu trabalhei.

C. C. – Os imigrantes.

R. A. – Os imigrantes congoleses.

C. C. – Já tinha começado no Brasil aqueles vídeos nas aldeias, aqueles projetos?

R. A. – Já. Já tinha.

C. C. – Você tinha algum contato? Conhecia?

R. A. – Já. Já conhecia. E eu conheci através da Oxford, porque a Oxford, um dos projetos nossos aqui de Recife era apoiar vídeos nas aldeias. E esse projeto foi avaliado por mim na ocasião, que era...

C. C. – Mas em que momento na sua trajetória essa identidade de antropólogo visual, da imagem, em que momento você começou isso? Porque antes não era.

R. A. – Não. Os filmes que a gente produziu nos anos de 1992, 93... Não. 1991/92/93/94, todos eles eram ligados, vamos dizer assim, a uma perspectiva colaborativa com as pessoas, dentro de um processo colaborativo com as pessoas que vão fazer. Eram filmes que são colaborativos. Então, dentro dessa perspectiva...

C. C. – É. Mas são duas coisas que [ ] da identidade. Por exemplo, Patrícia Montemor na Uerj, o pessoal lá na Usp, eles já estão botando o rótulo de antropologia e imagem, antropologia visual.

R. A. – É. Quer dizer, eu acho que essa identidade, ela surge, como você está colocando, surge quando eu entro na universidade, que eu crio o laboratório de antropologia visual. Então já não tem a Zarabatana, ficou para trás, e eu crio o laboratório de antropologia visual. E isso, as atividades desse laboratório, vai começar em 1999. E eu vou criar a primeira disciplina, no curso de ciências sociais, de antropologia visual. Então, se você pensa assim numa identidade, vamos colocar 1999...

C. C. – Você bota a placa.

R. A. – Que eu coloco a placa [riso] como antropologia visual. Mas se você olhar o texto que eu escrevi em 1995, para mim, é um texto... Lamentavelmente eu nunca traduzi para o português, mas foi publicado em inglês, e está publicado em inglês. Eu faço, depois, uma revisita a esse texto e coloco ele em inglês.

C. C. – Texto desse curso de especialização? Não. Especialização, você fez um vídeo.

R. A. – É. Eu fiz um filme, mas junto com o filme eu fiz um texto. Chama-se From Persecution to Penury.

C. C. – Agora, por que fazer essa especialização na Inglaterra? Algum motivo em particular?

R. A. – Por que a Inglaterra? Eu tinha escutado na época, através da Oxford, que é uma organização britânica, que a Inglaterra tinha possibilidades de bolsas e trabalho nessa área. Aí eu já tinha saído da Oxford. Então eu me candidatei para essa bolsa, que era nesse curso. Então coincidiu que era de interesse pessoal e de interesse, também, de ter essa bolsa.

C. C. – E aí, ao voltar, você já entra na universidade.

R. A. – Aí, ao voltar, eu já entro na universidade. Não como contrato. Eu entro de bolsista ainda. A minha vida de bolsista é grande. [riso]

C. C. – Isso, em 1996.

R. A. – É. Em 1996 eu estou como bolsista na universidade, bolsista do CNPq, na universidade. E aí...

C. C. – E você passa a ser professor efetivo quando?

R. A. – Eu passo a ser professor efetivo em 2000.

C. C. – 2000. E o laboratório de antropologia visual?

R. A. – Começa em 1999.

C. C. – Ainda bolsista.

R. A. – Ainda bolsista. Ainda dentro do curso. Ainda dentro do curso, quer dizer, ainda dentro do departamento, eu estou trabalhando como bolsista e estou trabalhando dentro dessa linha.

C. C. – Também tem o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Etnicidade.

R. A. – Isso.

C. C. – Quer dizer, são as duas coisas, etnicidade e imagem, que você trabalha.

R. A. – É. Isso. Exatamente. O Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Etnicidade, ele começa em 1996. Vamos dizer assim, o grupo vai se formando em 1996. Eu ainda como bolsista do CNPq. Naquela época tinha uma... Porque nós estávamos no período Fernando Henrique, os concursos foram congelados durante muitos anos, então eu não podia fazer concurso; e o concurso que eu fiz foi só... eu só fui chamado muito tempo depois. Mas eu estou lá no departamento como bolsista e trabalhando nesse... na formação, vamos dizer assim, tanto do laboratório de antropologia visual quanto agrupando as pessoas que trabalhavam, porque já havia trabalhos anteriores, com a etnicidade, relações interétnicas. Então, o NEPE.

D. M. – Renato. A sua vinda para o Brasil, me parece que ela teve uma trajetória entre um ponto profissional extra academia, por assim dizer, mas sempre ligado a suas temáticas de pesquisa, mas de alguma forma, como é que você, aqui no Recife, quando você vem parar no campo, que é um campo sobretudo extra academia, como é que foi esse processo de inserção dentro do campo universitário até chegar à universidade, até se tornar bolsista? Duas perguntas. Como é que foi a sua inserção? E a segunda: como é que era você vindo de uma universidade, ter feito o doutorado na França, ter tido essa experiência mais global, como é que foi chegar aqui e lidar com outra realidade de política acadêmica?

C. C. – De volta para o início.

R. A. – De volta para o início. Pode ser. Mas, se você olhar um pouco mais, eu nunca estive completamente desvinculado da academia. Quer dizer, em todos os momentos, eu estava, mesmo trabalhando aqui na Oxford, eu participava de eventos ligados à academia. Quer dizer, João Pacheco, por exemplo, me convida para dar uma aula inaugural num curso que ele estava iniciando aqui. O professor Scott me chama para dar uma aula, também, para os alunos dele de departamento, no programa de pós-graduação em antropologia. Eu sou chamado para ecologia, para falar sobre vários...

C. C. – Os dois já foram entrevistados.

R. A. – Quem?

C. C. – Scott e o João Pacheco.

R. A. – É. Então essa... Eu não posso dizer que eu... Eu nunca estive desvinculado, vamos dizer assim, da academia. Quando eu vou para a França eu já vou ficar dentro de um processo... uma relação bastante eu diria integrada com as outras universidades, e ao mesmo tempo participando de vários movimentos relacionados também à academia. Aqui, também não, quer dizer, eu vou continuar participando das reuniões da... naquela época nós chamávamos Abinha, Abinha, que era as... depois se deu o nome de Abane, as reuniões ABA Norte Nordeste, que nós... eu participei, antes de estar, vamos dizer assim, vinculado como bolsista do CNPq na universidade. Então havia uma... uma relação, e também em termos de publicação. Quer dizer, eu organizo publicações de livro. Duas publicações que eu organizei aqui, dentro da Oxford, que elas são completamente acadêmicas, mas evidentemente foram patrocinadas, financiadas pela Oxford, mais a organização [Parkinson], uma sobre a questão de gênero, relacionada aqui no Nordeste, e a outra sobre a situação do rio São Francisco. E aquela publicação de... sei lá, eu acho que era 1987, se eu não me engano, de uma certa forma, ela é atual no momento que

ela coloca os problemas sobre a região do rio São Francisco e os projetos que nós trabalhávamos lá, de dar uma... uma chacoalhada assim numa discussão mais acadêmica, mais sociedade civil e academia. Quer dizer que esse era o papel um pouco desse projeto que nós desenvolvemos na calha do rio São Francisco. Quer dizer, de uma certa forma, vamos dizer assim, relacionados à academia.

C. C. – O GT da ABA, depois vira comitê...

R. A. – É. O GT da ABA nós iniciamos em... Antropologia visual, você está falando. Quem começou acho que foi a Chica, Carmen Rial. Eu não estou lembrado exatamente a data. Mas eu vou ficar durante um período até grande. Duas gestões da ABA, eu fico na coordenação do GT. Tinha a Chica, depois entrou a Clarisse, depois veio... veio várias pessoas.

C. C. – Não sei se a impressão é verdadeira ou não, mas na época, assim, antropologia visual, imagem, era muito legal, mas era uma coisa meio... vamos dizer secundária. Não era um estudo sério.

R. A. – É. Exatamente.

C. C. – Estudar parentesco, [            ], essas coisas hard. O resto era legal, mas meio secundário, uma coisa assim. Não sei se essa impressão é verdadeira.

R. A. – Eu acho que ela é totalmente verdadeira. Inclusive, se você me pergunta como foi a criação do laboratório de antropologia visual no nosso departamento aqui, ela não foi fácil, para entender um pouco a disciplina, esse campo disciplinar, porque alguns colegas de ciências sociais utilizavam a imagem como uma espécie de papel parede: eles falam, e a imagem vem para trás.

C. C. – Ilustração.

R. A. – Ilustração. Nunca foi de entender a imagem ou a produção imagética como parte metodológica de uma pesquisa. Isso vai custar, isso não é fácil. Hoje já está mais fácil, hoje, eu diria que já entrou, as pessoas já pensam e já pensam a antropologia visual em qualquer coisa, coisa que eu não penso que é antropologia visual.

C. C. – Isso você atribui mais a... , vamos dizer, à afirmação desse campo, desse mundo dentro da antropologia e das ciências sociais, ou ao fato de que a cultura visual se tornou socialmente muito mais generalizada. A gente pensa filme hoje no celular, quer dizer, isso já se tornou lugar comum, que não era nos anos 1980 e 1970.

R. A. – Não. Nem nos anos... Quer dizer, o celular vai começar a fazer parte no final dos anos 1990, início dos anos 2000.

C. C. – Não. E as câmeras, também, ficam cada vez menores, mais acessíveis.

R. A. – É. Mas você tem o celular, que é um celular grande, que não tem... Você não filmava com celular. Você vai esperar pelo menos cinco ou seis anos para você poder filmar com o celular. Mas você tem razão em dizer que esse tempo agora, vamos dizer assim, possibilitou uma compreensão maior da imagem e da relação da imagem com a antropologia, ou com uma antropologia relacionada a um determinado grupo social. Isso está claro, está claro que isso possibilitou uma compreensão. Quer dizer, hoje, inclusive por questões tecnológicas. Por exemplo, a primeira videoteca que nós montamos aqui no [Cefiche], o nosso laboratório, era uma videoteca em VHS.

C. C. – Que fim levou?

R. A. – Está lá.

C. C. – Está lá, em VHS.

R. A. – Está lá, em VHS.

C. C. – E cada vez dá menos para ver, inclusive. Torna-se difícil.

R. A. – Não. Hoje em dia, eu não tenho aqui em casa VHS. Para lhe dizer a verdade, meu filho tem no computador dele CD. Mas no meu computador não tem.

C. C. – A maioria dos computadores não tem mais CD. Nem DVD mesmo.

R. A. – Não tem mais CD. Nem DVD. Então, você imagina a nossa videoteca, com um acervo fabuloso e um acervo que eu trago de Zarabatana, eu trouxe para o laboratório, em vários, não só em VHS, mas em U-matic, em...

C. C. – Esse problema foi geral. Lá n Uerj também, o pessoal tinha um monte de fitas de VHS e... o que é que faz com isso?

R. A. – O que é que faz com isso. Qual é a preocupação? Não dá.

C. C. – Eu queria perguntar sobre o seu acervo, o seu arquivo. Você começa a filmar em VHS. Depois High-8, que você fala, e... digital.

R. A. – Isso. É. High-8. E depois digital.

C. C. – E como é que você faz a gestão, a organização, a guarda do seu acervo pessoal, passando por todas essas transformações também tecnológicas?

R. A. – Hoje, o meu acervo pessoal está perdido, de uma certa forma.

C. C. – Perdido? Fisicamente, ou tecnologicamente?

R. A. – Fisicamente. Foi roubado.

C. C. – Foi roubado?

R. A. – Foi roubado da minha casa, que estava todo em HD, em HD externo, inclusive o HD externo foi levado. Evidentemente, não tudo, alguma parte eu tenho, outras partes estão on-line.

C. C. – Quando foi isso?

R. A. – Em 2014. [riso] Foi triste.

C. C. – Foi tudo no original. Você não tinha backup disso.

R. A. – Não. Os backups que eu tinha estão em alguns lugares. Eu tinha backup lá no laboratório.

C. C. – Mas não de tudo. Você perdeu coisas.

R. A. – Não tudo. Eu perdi coisas.

C. C. – E não recuperou nada disso.

R. A. – Perdi. Não. É impossível recuperar. Impossível. Eu acho que transformaram esses HD. Então, a gestão do acervo que eu tinha era essa, até então, eu digitalizava e colocava em HDs, que era a forma mais... Então eu tinha vários HDs com algumas coisas que eu gravei, que não foram editadas.

C. C. – Ainda não tinha a nuvem tão acessível.

R. A. – Não tinha. Bom. Não, não tinha.

C. C. – Quer dizer, tinha, mas não era tão acessível.

R. A. - Naquela época, mas não era tão acessível. Então esse era o acervo. Então grande parte do acervo... O acervo VHS Super VHS está todo lá no laboratório. Isso está guardado lá, classificado. Eu tive uma aluna em 2014 que fez um TCC sobre esse acervo. Então, o TCC dela foi sobre o acervo do laboratório, e a classificação e organização desse acervo. É um TCC. Então, de uma certa forma, tem uma ordem, tem uma classificação e tem uma compreensão geral dos temas que estão colocados aí, como está organizado. Agora um acervo, por exemplo, que eu lamento muito, porque estava em processo de organizar, por exemplo, o filme que eu fiz, a minha primeira etnografia, que foi feita sobre o mito [Baniu], o mito da criação da noite, eu só tenho as cópias, os originais eu não tenho mais, porque foi nesse HD.

C. C. – E nesse universo, hoje, no Brasil, que lida com antropologia da imagem, visual, você mantém contato mais com quem?

R. A. – Eu acho que eu mantenho com quase todos os grupos que... Aqui, no Pará... No Pará, nós temos uma relação muito grande com o laboratório de lá, nós organizamos todos os anos um evento, chama-se antropologia visual amazônica. Em Manaus, com os colegas que

trabalham antropologia visual, eu tenho uma relação bastante legal, a gente sempre está se trocando e a gente sempre participa junto. Em Alagoas também, com o pessoal. Na Bahia, não tenho muito, mas conheço algumas pessoas. Minas, bastante, com o pessoal do Forumdoc e outras pessoas que trabalham, com outros colegas que trabalham. No Rio de Janeiro. O fato, também, de organizar...

C. C. – No Rio de Janeiro, quem? Clarisse...

R. A. – É Clarisse, o Marcos, agora, que é colega, eu fui da tese dele, ele trabalhou aqui. Marcos Alexandre. E o grupo da Uerj.

C. C. – O Marco Antonio também, no IFCS.

R. A. – É. O Marco Antonio. Evidentemente. Ele também tem um pouco a trajetória parecida comigo, porque ele trabalhou com os Pirarrã, e a antropologia visual vem depois, de uma certa forma. Tem uma...

C. C. – E o pessoal de São Paulo é do Lisa?

R. A. – Do Lisa. Todos do Lisa são. Somos colegas. De Florianópolis também... Quer dizer, de uma certa forma, eu tenho contato com todos eles. E o fato de organizar todos os anos o festival do filme etnográfico aqui em Recife, que também é outro, um acervo imenso que nós temos do festival...

C. C. – Esse acervo fica no laboratório?

R. A. – Esse acervo fica também no laboratório.

C. C. – O encontro com essa rede, ele se dá basicamente através da ABA?

R. A. – ABA. Através da ABA ou das reuniões que nós temos, ou através dos festivais.

C. C. – Essa ABA Norte Nordeste ainda existe?

R. A. – A ABA Norte Nordeste nunca existiu como instituição, mas o evento sim. O evento existe. O ano passado, o último foi em Fortaleza.

C. C. – E o festival do filme etnográfico aqui em Pernambuco começou?

R. A. – Então. Começou em 2009. Fui eu que comecei esse festival.

C. C. – Isso tinha a ver com o festival que a Patrícia Montemor organizava, ou não?

R. A. – Não.

C. C. – São coisas distintas.

R. A. – São coisas distintas. Mas, evidentemente, eu conversei com a Patrícia porque eu queria entender o formato que ela tinha lá, para montar o nosso formato. O nosso formato aqui não é igual. Mas é um festival internacional do filme etnográfico do Recife. Chama Fifer.

C. C. – É tudo verdade, também é outra...

R. A. – É outra. É outra estrutura de festival. Mas o Fifer é uma... Junto com o festival tem uma mostra competitiva e tem várias mostras paralelas, junto com oficinas e debates sobre o filme etnográfico. Então isso...

C. C. – Isso acontece todo ano?

R. A. – Esse ano não vai acontecer.

C. C. – Por quê? Financiamento?

R. A. – É. Questão de financiamento...

C. C. – [incompreensível] [risos]

R. A. – Não. Mas você conhece o Funcultura.

D. M. – Conheço.

R. A. – Você não é do Funcultura não.

D. M. – Não, não sou, não. [risos]

R. A. – Pois então. Nós temos projetos...

D. M. – O Funcultura não aprovou?

R. A. – Não. O Funcultura, esse ano não, porque nós não apresentamos.

C. C. – Já tem. O CNPq e a Capes aprovam, mas não têm dinheiro, então...

R. A. – Mas nós estamos numa fase interessante agora, porque nós, nesses dez anos, nós estamos repensando o formato. Então, a partir do ano que vem...

C. C. – A Patrícia Montemor não conseguiu fazer mais porque não tem financiamento. É uma época ruim de financiamento.

R. A. – É. Mas o nosso formato aqui não era igual ao da Patrícia. Eu conheço, eu já participei da Patrícia, eu sei como é que é.

C. C. – Agora Renato, sobre essa experiência do índios nas aldeias, quer dizer, os nativos também participarem da filmagem ou assumirem ou dialogarem com isso. Como é que você vê esse deslocamento, movimento, sei lá?

R. A. – É. Eu tenho um texto sobre isso, que é um texto que provoca uma discussão nesse sentido. O que é que nós chamaríamos de cinema indígena e o que seria um filme sobre os índios. Eu acho que tem uma distinção. Quer dizer, eu quando defino o cinema indígena eu defino duas coisas, dois elementos importantes para pensar num cinema indígena: a temática do filme tem que ser completamente indígena e tem que ser trabalhada pelos próprios índios. O que é que você tem em outros casos? Você tem uma temática que é introduzida, uma temática



que vem de fora e que lhe é de interesse também. Por exemplo, a situação dos suicídios com os índios do Alto Rio Negro. Eu vou lá, faço um filme. E vou lá, e mesmo que o... É uma temática cujo interesse maior, evidentemente, é o outro lado. Enquanto que uma temática indígena... Por exemplo, o filme que eu acho, que eu considero, tem um filme, aquele filme do Carlos Fausto com as mulheres, As Hiper Mulheres. Você vai perceber, essa temática de As Hiper Mulheres, que ela é uma temática um pouco mais desenvolvida e que é desenvolvida principalmente entre as mulheres indígenas. E elas levam isso para uma câmera. A gente poderia chamar esse de um filme indígena.

C. C. – Mas ainda existe algum espaço para o cineasta antropólogo não índio?

R. A. – Existe. Existe.

C. C. – Qual seria o lugar?

R. A. – Não só o lugar. Por exemplo, a produção, a organização da narrativa, o momento da construção dessa narrativa, é uma narrativa indígena.

C. C. – Não. Eu estou falando para não indígena, para o antropólogo, para o cineasta, para o documentarista não indígena.

R. A. – Ah. Não indígena. Sim. Não. Ele participa. Muitas vezes participa. Ou participa de apoio ou participa com a câmera ou participa com outra, mas a narrativa, é uma narrativa indígena. Ou os índios participam também com câmera.

C. C. – Uma pergunta de leigo que eu tenho. Não existe o risco, também, dele ser excluído disso, como não tendo o que falar sobre isso? O seu lugar de fala não é este. Quem pode falar sobre isso somos nós. Quem pode produzir somos nós. Quer dizer, aí você separa num outro mundo à parte. Você rompe, vamos dizer assim. em pedacinho. E esse discurso: o lugar da fala, você não pode falar porque você não é índio – quebra [incompreensível]

R. A. – Não. Eu acho que ele não... Vamos dizer que ele não estaria nesse lugar. Vamos pensar, por exemplo. O último que eu fiz lá com os Baniwa. Nós passamos várias... duas semanas discutindo a ideia. A ideia surge dessas discussões. A organização da narrativa do filme, quer dizer, as várias sequências, elas vão ser construídas pelos próprios índios. Quem vai filmar? Eu estou com uma câmera, mas tem duas outras pessoas dos índios que estão com outra câmera. Então, nós temos três câmeras filmando. Mas toda a história e toda a narrativa, ela é desenvolvida pelos próprios índios. Então o meu papel ali é de seguir, eu como não indígena, de eu seguir ou de entender essa interpretação, essa narrativa, e acompanhá-los e dotá-los talvez de maior possibilidade. Então, a edição já fui eu que fiz, já fiz aqui, não fiz lá. Quer dizer,

terminei a edição aqui. Mas toda a sequência foi feita lá. E foi feita com eles, e foi filmada, nós utilizamos três câmeras. O filme Procurando o Sono, ele é mais ou menos isso. Só tem uma câmera, a câmera que eu... eu seguro essa câmera. A câmera é minha. Mas toda a narrativa, e o figurino, foi indígena. Figurino. E é o quê? Eu chamo isso de uma etnoficção, porque é um mito transformado numa... negociado, porque esse mito tem dezoito versões, então das dezoito versões vai sair uma versão entre dois grupos indígenas, os Curipaco e os Baniwe vão se juntar e vão dizer: é essa versão que a gente quer filmar; e tem que começar assim, e o figurino vai ser esse. Isso eu acho que é um cinema indígena.

C. C. – Na ABA, além da antropologia visual, você assumiu também a Secretaria-Geral de 2012 a 2014. Quem era o presidente?

R. A. – Era a Carmen Rial. E foi um ano bastante difícil.

C. C. – Por quê?

R. A. – Porque nesses anos a gente teve, primeiro, a diminuição dos recursos, porque a gente vai ter uma diminuição dos recursos, nós vamos estar com a Funai criando...

C. C. – Tem em Natal o Encontro.

R. A. – É. Nós vamos estar com a Funai criminalizando os antropólogos e criando toda uma imagem sobre o antropólogo, que falseia os laudos, então nós vamos ter antropólogos que vão virar notícia de imprensa, casos. Então, foi um ano assim bastante difícil em termos da ABA, em termos de possibilitar eu diria a atuação, o fazer antropológico, não só desvinculado, que não era só com a questão indígena, dizer que nem... que esses antropólogos não falseiam dados para... que isso... Como era o nome da matéria da Veja? Essa matéria da Veja vai pautar vários outros jornais. Por isso que eu acho que foi um ano bastante difícil.

C. C. – A ABA, além das reuniões, que demandam um grande esforço, tem também as coisas cotidianas em Brasília: terra indígena, quilombola...

R. A. – Exatamente. Quilombola. E aí depois, aí vai ser a CPI, logo vai culminar com a CPI intra Funai, porque vai ter uma CPI, que vai virar em dois tempos: primeiro tempo, segundo tempo, que passa inclusive para a outra gestão, que não foi a gestão da Carmen Rial.

C. C. – Renato, você continua mantendo contato com a França. Você faz um pós-doutorado, passa temporadas lá.

R. A. – Continuo. Passo.

C. C. – Como é esse?... Teve algum projeto de Capes Cofecub?

R. A. – Teve. Não. Eu não participei de Capes Cofecub. Nós participamos de um projeto com museus, que foi meu projeto de pós-doutorado, e que se ampliou, e hoje faz parte de uma área de pesquisa dentro de um projeto maior do CNRS. Quer dizer, nós aqui fazemos parte de uma equipe maior do CNRS que discutimos museus e políticas de reconhecimento.

C. C. – Em que momento o museu entrou também na sua trajetória como algo relevante?

R. A. – Eu acho que na época que eu estava trabalhando com cine, em Manaus.

C. C. – Reconstrução mítica não?

R. A. – Não. Porque nessa ocasião nós já tínhamos uma discussão sobre os objetos indígenas que estavam no museu que se chama Museu do Índio, em Manaus. E nós, junto com alguns índios, fomos reivindicar que eles tirassem...

C. C. – É. Mas tinha o lado do Museu Nacional também.

R. A. – Não. Mas que as irmãs retirassem da exposição duas flautas que são consideradas ritualísticas, flautas importantes, e que mulheres não podiam ver essas flautas.

C. C. – Conseguiram?

R. A. – Não, não conseguimos, naquela ocasião. Mas nós estamos conseguindo. Então, a partir daí eu tenho trabalhado com coleções etnográficas, dentro da área indígena do Rio Negro. Então, o meu projeto pesquisa, o maior, são objetos etnográficos que estão espalhados no mundo. Então, eu já visitei o museu em Madri, o Museu Etnográfico de Madri, o Museu Etnográfico dos Estados Unidos, os dois grandes de Washington, o Smithsonian, o museu de Gotemburgo, o museu de Viena, o museu do Quai Branly e o museu de Toulouse. Então eu tenho hoje um maior conhecimento de onde se encontram, nesses museus, os objetos que são dessa região do Alto Rio Negro.

C. C. – Você acha que eles irão devolver tudo?

R. A. – Não. Eu acho muito difícil. Mas nós estamos fazendo coisa bem mais interessante.

C. C. – [incompreensível] forte da repatriação.

R. A. – Tem. Eu acho que é uma questão muito... Inclusive, o meu último texto sobre isso, eu escrevo sobre essa repatriação. Só que eu não estou chamando de repatriação. Mas eu sou pela repatriação virtual dos objetos.

C. C. – Virtual, não físico?

R. A. – Muitos desses objetos, a maioria dos objetos que estão fora foram produzidos por um grupo indígena, por uma comunidade que não existe mais. Quer dizer, são três... Os índios atuais muitas vezes não conhecem tais objetos porque foram objetos de 1860, 1835. Em Viena

tem objetos, que foi tirado dessa região, de 1835. Você pode dizer, e muitas vezes são classificados como daquele povo, mas as pessoas atuais conhecem de uma tradição, mas nunca chegaram a ver.

C. C. – Mas tem gente que ainda está viva.

R. A. – As pessoas que estão vivas conhecem, conhecem a partir de uma tradição oral, mas não conhecem a partir de uma visualidade. Então o que eu estou... O nosso projeto no Rio Negro agora é a transformação dessa pesquisa numa grande exposição virtual, que vai acontecer em São Gabriel, inclusive com objetos em 3D. Impressos em 3D. Eu posso imprimir uma flauta de Jurupari em 3D e colocar em exposição lá.

C. C. – [Mas isso as mulheres podem ver]

R. A. – Não. Eu estou falando, evidentemente, estou dando um exemplo. Mas existe essa possibilidade, de eu criar, a partir de uma virtualidade, elementos. Não estou dizendo que vai ser a flauta de Jurupari. Mas eu posso pegar um outro objeto. Eu posso pegar... sei lá, um objeto qualquer e transformar em 3D, e sai exatamente... parecidíssimo.

C. C. – Perfeito. Mas toda a [crítica], vamos dizer, anti e pós-colonialista e tal vai dizer: fica com a cópia lá e manda o original. O caso da machadinha Krahô que estava no Museu.

R. A. – É. Aí são discussões de vários níveis. Nos Estados Unidos, a legislação é uma, na Europa, na França é uma, na Espanha é outra. Então você vai lidar com tudo isso, com toda essa legislação. E aí é todo um processo. Por exemplo, a França, agora, devolveu para os Kranac muito dos objetos. Tem nove milhões de objetos que estão sendo devolvidos, nos Estados Unidos, para os povos indígenas dos Estados Unidos. Estão sendo devolvidos, mas... toda uma legislação. Não terminou. Ainda está em processo de. Nós, aqui, sequer temos uma legislação.

C. C. – Você foi coordenador de museu, do restauro, da Fundação Joaquim Nabuco.

R. A. – Isso.

C. C. – Durante dois anos?

R. A. – Foi. Dois anos lá.

C. C. – E o que é que você?...

R. A. – Lá, nós trabalhamos, na ocasião, nós trabalhamos uma discussão de uma requalificação do museu, da nova exposição. Foi um processo. Eu terminei justamente entregando o meu relatório da comissão de requalificação do... Que foi a última coisa. Isso foi um exemplo. Outra foi dar uma continuidade às práticas relacionadas não só ao museu, mas outras atividades dessa

coordenação. Porque essa coordenação não tinha só o Museu do Nordeste, mas também trabalhava com outros espaços museológicos, como o Engenho Massangana, outros... De dar uma requalificação nesse espaço. E foi muito legal, porque ali a gente percebe mesmo uma relação, não só a relação com o público, porque todos os museus relacionados que estão na Fundação têm uma relação com o público, mas tem... Mas a partir daí, eu acho que a gente começa... Nós começamos a trabalhar mais com o Fórum Pernambucano de Museus, a discussão do museu. E eu já tinha... O curso de museologia, eu participei da comissão que criou o curso de museologia na Federal, e até hoje eu dou aula no curso de museologia, faço parte desse bacharelado, então tenho... Não parei. Quer dizer, eu continuo. Não só produzindo esses filmes, principalmente etnificções, mas produzindo exposições. Eu estou terminando uma exposição que vai para Florianópolis, agora. O ano passado, eu montei uma outra exposição, de fotografias, com as fotos de Kurt Nimuendajú, que eu acho que tem muita coisa a explorar ainda, com as fotografias de Nimuendajú. E aí eu faço essa próxima exposição. É uma exposição que vai mostrar a sensibilidade etnográfica de Nimuendajú. Doze fotos. São doze fotos, que estão aqui na coleção etnográfica do Museu do Estado, e do qual eu trabalhei com outras pessoas para possibilitar que elas sejam restauradas, porque as fotografias que estão aqui não têm negativo, então você tem que trabalhar a parte da...

D. M. – Renato, como é que você enxerga... Hoje, tem um campo da antropologia que se fala, a antropologia pública, que é essa atuação do antropólogo dentro de um campo mais vasto...

C. C. – Não acadêmico.

D. M. - Não acadêmico. Então...

C. C. – É. Tem história pública, antropologia pública...

D. M. – Antropologia pública. Em que medida, hoje, olhando para a sua trajetória, você enxerga a sua atuação? Como é que você se define enquanto profissional, pensando nessa amplitude de campo, vamos dizer assim.

R. A. – É. Olha. Eu acho que se você perceber essa trajetória, eu acho que ela sempre esteve pública. Eu consideraria dentro desse campo que você está chamando de pública. O que nós chamaríamos algum tempo atrás, hoje em dia não se chamaria mais. Hoje tem uma outra definição, uma outra percepção do que seria essa antropologia aplicada. Eu prefiro chamar de uma antropologia política mais do que uma antropologia... Eu acho que o campo, se a gente... Eu estou no campo de uma antropologia política. Mesmo lidando com museus, com a imagem, com... as questões são relacionadas não só àquele grupo específico, mas fazer com que esse

grupo específico indígena possa ser bem representado para a sociedade em geral. Então, ao mesmo tempo que na semana passada eu estava fazendo um discurso na frente da Câmara Municipal... aliás, foi na Assembleia do estado, sobre os Pancararu, eu estou também com os Pancararu, organizando um curso lá, com os Pancararu, sobre epidemiologia intercultural. O que seria epidemiologia intercultural? De entender a questão da saúde com a... Ela tem uma relação com a coisa. Em termo da prática, as práticas, se você olhar toda essa trajetória, ela pode ser vista através de, evidentemente, de uma etnologia, num campo disciplinar, que seria o campo da etnologia indígena, com algumas relações... relacionada a práticas tradicionais de cura, ao xamanismo, à imagem, aos objetos ritualísticos que estão em museus, que são essas questões aí, que se poderia olhar assim mais globalmente.

C. C. – Faltou introduzir aí na sua trajetória a saúde. Antropologia da saúde. Em que momento ela surge como tema seu?

R. A. – Ele surgiu aqui, no Pernambuco, quando eu vou trabalhar com os Pancararu. Na realidade, sempre esteve presente, porque quando eu trabalho com os Hupda, no Alto Rio Negro, eu trabalho práticas tradicionais de cura. Evidentemente tem a ver com o corpo. Todos os textos produzidos a partir dessa prática tradicional de cura relacionada aos Hupda, ela está relacionada, vamos dizer, em última... relacionada à saúde. Mesmo que os Hupda não tenham nenhuma palavra para dizer saúde. Mas está relacionado. Quando eu trabalho com os Pancararu aqui, isso me coloca muito mais presente e muito mais forte a relação desses grupos indígenas com os serviços de saúde. Então, a organização desses serviços de saúde na área indígena vai tomar, de uma certa forma, grande parte do meu trabalho com os Pancararu, onde eu estou produzindo subsídios para que esses serviços de saúde possam ser culturalmente adequados àquela comunidade. Então, eu participo na introdução do distrito, na organização, na formação dos agentes indígenas de saúde, em cursos para técnicos de enfermagem, em cursos como indicadores de saúde para a área indígena, que são cursos que eu tento colocar e mostrar para os índios como eles poderiam se aproveitar de determinados entendimentos: o que são os indicadores e quais são os indicadores de saúde para os Pancararu. Esses aqui são os indicadores que a Organização Mundial de Saúde considera importantes. Os Pancararu consideram esse? E qual seria? Colocar em evidência do que eu estou chamando, em relação à saúde, de epidemiologia intercultural.

C. C. – Bem...

R. A. – Você deve estar cansado. [riso]

C. C. – Não, não. Eu aqui estou pensando se faltou alguma coisa importante.

R. A. – Vocês vão editar. Porque está... vai e volta...

C. C. – A vida é assim: vai e volta.

R. A. – Não vão editar, não?

C. C. – Mas tem uma pergunta que eu sempre faço no final. Começou como uma curiosidade, mas ficou interessante depois. Se você tiver que destacar um livro, pode ser um filme também, que te marcou assim, a leitura, ao longo da sua trajetória, o que é que vem à mente?

R. A. – Qualquer livro? O que eu gostei muito de ler e que de vez em quando eu volto para ler é um livro que se chama Sistemas Políticos da Alta Birmânia. Leach.

C. C. – Edmund Leach. Por que os sistemas políticos da alta Birmânia?

R. A. – Porque tem muito a ver... Eu quando vejo, eu vejo situações etnográficas parecidas a situações etnográficas com que eu vivo continuamente no Rio Negro.

C. C. – Inclusive da desigualdade.

R. A. – É. Então ele me possibilita análise, dar teoria para uma análise que eu tenho, que eu acho que ainda é viável. Eu não vi até hoje outra que pudesse substituir aquela da minha tese de doutorado. Que hoje está publicada num livro. Eu fiz um resumo, e foi publicado num livro - na França. Aqui, nem sequer está traduzido para o português. Está em francês ainda. Como eu tenho outros textos que estão em francês, que não estão em português.

C. C. – Bom, Renato. Eu acho que a gente cobriu aí a sua trajetória, em grande parte. Eu queria lhe agradecer mais uma vez a sua disponibilidade em colaborar com a gente. Foi um prazer.

R. A. – Certo. Desculpe o local. Ia ser na universidade. Mas não sei se iria ser melhor lá, porque lá, também, tem uns barulhos... [riso]

C. C. – Mas em casa é ótimo também.

[FINAL DO DEPOIMENTO]